
Pecém II Geração de Energia S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Pecém II Geração de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Pecém II Geração de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pecém II Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Pecém II Geração de Energia S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

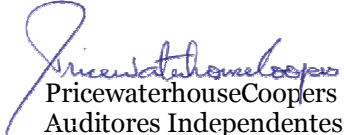
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.




Pecém II Geração de Energia S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2017


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" CE


Maria Salete Garcia Pinheiro
Contadora CRC 113048568/O-7 "S" CE

Pecém II Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota	2016	2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	51.033	54.878
Clientes	7	72.443	119.914
Estoque	8	92.718	51.171
Impostos a recuperar	11	4.494	6.206
Despesas antecipadas	10	6.615	5.962
Adiantamento a fornecedor		3.634	735
Outros créditos		3	16
		230.940	238.882
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Partes relacionadas	13	2.990	22
Depósitos vinculados	9	19.763	21.500
Impostos diferidos	11	86.065	86.065
Impostos a Recuperar	11	1.727	-
		110.545	107.587
Imobilizado	12	1.807.963	1.857.168
Intangível		805	836
		2.150.253	2.204.473
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		65.090	73.477
Empréstimos e financiamentos	14	94.304	28.738
Provisões e encargos trabalhistas		5.498	3.783
Impostos, taxas e contribuições		18.919	13.450
Pesquisa & desenvolvimento		8.296	6.334
Partes relacionadas	13	16.888	17.652
Outras contas a pagar		-	200
Concessionária - moeda nacional clientes - ADOMP	15	18.333	20.312
		227.328	164.352
Não circulante			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	14	982.481	1.051.456
Partes relacionadas	13	246.441	225.125
Concessionaria - moeda nacional clientes - ADOMP	15	133	4.958
Provisão com custo de desmantelamento	12	2.497	2.693
		1.231.552	1.284.231
Patrimônio líquido			
Capital social	19	962.179	962.179
Reservas de Capital - stock options		317	317
Prejuízos acumulados		(271.123)	(206.201)
		691.373	756.296
		2.150.253	2.204.473

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pecém II Participações S.A.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota	2016	2015
Receita Líquida Operacional	20	527.745	555.603
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	22	(399.313)	(359.141)
Lucro Bruto		128.432	196.462
Receitas (despesas) operacionais:			
Gerais e Administrativas	22	(16.475)	(9.077)
Outros resultados operacionais líquidos		(248)	730
Resultado antes das receitas(despesas) financeiras líquidas e imposto		111.709	188.115
Receitas(despesas) financeiras líquidas			
Resultado financeiro	21	(176.631)	(193.222)
Receitas financeiras		26.583	26.274
Despesas financeiras		(203.214)	(219.497)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(64.922)	(5.108)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	-
Prejuízo do exercício		(64.922)	(5.108)
Prejuízo por lote de mil ações - R\$		(67)	(5)
Quantidade de ações ao final do exercício		962.179	962.179

A Companhia não auferiu outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31/12/2016 e 2015.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pecém II Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota	Capital Social integralizado	Reservas de Capital	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		799.181	265	(201.093)	598.353
		162.998		-	162.998
Aumento de capital - Integralização	18	-	-	-	-
Reservas de Capital - stock options	18		52	-	52
Prejuízo do exercício				(5.108)	(5.108)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		962.179	317	(206.201)	756.295
Prejuízo do exercício				(64.922)	(64.922)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		962.179	317	(271.123)	691.373

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pecém II Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

<i>R\$ mil</i>	2016	2015
Lucro (prejuízo) do Exercício	(64.922)	(5.108)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:	263.673	278.476
Depreciação e Amortização	73.796	69.902
Juros empréstimos	124.234	126.241
Outros	-	52
Custo de captação	809	695
Variações cambiais dos estoques	(2.676)	14.800
Juros operações de mútuo	31.665	38.346
Provisões para desmantelamento	(196)	222
Outras variações cambiais	(153)	172
Provisões de comissões de fianças	36.194	28.045
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	198.751	273.368
Despesas Antecipadas	(653)	(2.186)
Contas a Receber	47.471	(44.883)
Depósitos Vinculados	1.736	(2.236)
Impostos a Recuperar	(15)	(2.544)
Estoque	(39.472)	(41.473)
Impostos, Taxas e Contribuições	5.267	1.303
Fornecedores	(44.580)	12.240
Provisões e Encargos Trabalhistas	1.733	1.785
Contas a Pagar	(6.804)	15.068
Débitos / Créditos partes relacionadas	(13.317)	(7.616)
Pagamento de juros empréstimos	(102.208)	(66.816)
Outros Ativos e Passivos	(951)	(3.468)
Varição nos ativos e passivos	(151.792)	(140.827)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	46.959	132.541
Aquisição de Imobilizado e Intangível	(26.100)	(23.465)
Baixa de Imobilizado e Intangível	1.541	-
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de investimentos	(24.559)	(23.465)
Amortizações do Principal - Financiamentos	(26.244)	(76.207)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamentos	(26.244)	(76.207)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	(3.844)	32.869
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	54.878	22.009
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	51.033	54.878
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(3.844)	32.869

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pecém II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

(a) Contexto operacional

A Companhia foi constituída em 13 de novembro de 2008 sob a denominação de MPX Pecém II Geração de Energia S.A., com capacidade total de 360MW. Em 13 de dezembro de 2013 sua razão social foi alterada para Pecém II Geração de Energia S.A ("Companhia").

Em 30 de setembro de 2008, a Companhia sagrou vitoriosa no Leilão A-5 garantindo a comercialização de 276 MW médios por um período de 15 anos. O contrato garante uma receita anual mínima, indexada ao IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE) e, adicionalmente, uma receita variável destinada a cobrir os custos (combustível, operação e manutenção).

O prejuízo acumulado apresentado no exercício de 2016 será revertido com o fluxo financeiro normal das operações da Companhia, conforme projeções elaboradas pela administração.

(b) Reestruturação societária

Em 14 de julho de 2014, a Eneva S.A., até então única acionista da Pecém II Geração de Energia S.A., concluiu a venda de 50% de sua participação nesta empresa para a Uniper Holding GmbH (Uniper). Ainda como parte desta transação foi criada a holding Pecém II Participações S.A., que teve o seu capital social constituído com a integralização das ações da Pecém II Geração, 50% aportado pela Eneva S.A. e 50% aportados pela Uniper.

Em 2015 foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de agosto de 2015 e 30 de setembro de 2015, o aumento de capital social da Companhia, totalmente subscritas e integralizadas, como único acionista Pecém II Participações S.A, por meio de capitalização de créditos decorrentes do Instrumento Particular de Mútuo, datado em 23 de agosto de 2013 e editado em 14 de julho de 2014, celebrado entre Pecém II Participações e Eneva S.A, passando de R\$ 799.181 mil para R\$ 962.179.

Pecém II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 08 de maio de 2017.

2 Licenças e autorizações

A Companhia possui autorização para operação de uma usina termelétrica ("UTE") a carvão mineral, instalada no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), Estado do Ceará, com capacidade instalada de geração de 365MW. Em 18 de outubro de 2013, a Companhia recebeu autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para iniciar a operação comercial, que vigorará pelo prazo de 35 anos, a partir da data de autorização, conforme Portaria nº. 209, de 27 de junho de 2008, do Ministério de Minas e Energia. O empreendimento passa a ser remunerado de acordo com a sua capacidade total em outubro de 2013, segundo os termos do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) assegurado no leilão de energia A-5 de 2008.

Em 18 de junho de 2013, Pecém II Geração de Energia S/A, obteve da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - ("SEMACE") do Estado do Ceará a Licença de Operação de nº 108/2013, embasada no parecer técnico nº 1835/2013 DICOP/GECON, referente a linha de transmissão de 230 KV, com 1,83 KM de extensão, que interliga a UTE à subestação Pecém II de propriedade da CHESF/Delmiro Gouveia. Sua vigência era até 17 de julho de 2016. Em 29 de setembro 2015, Pecém II Geração de Energia S.A obteve da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - ("SEMACE") do Estado do Ceará a renovação da referida Licença de Operação (LO 753/2015), embasada no parecer técnico nº 5122/2015 DICOP/GECON. Sua vigência será até 28 de setembro de 2018.

Em 17 de março de 2016, Pecém II Geração de Energia S/A obteve da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - ("SEMACE") do Estado do Ceará a renovação da Licença de Operação de nº 170/2016, embasada no parecer técnico nº 1236/2016-DICOP/GECON, referente a UTE Porto do Pecém II. Sua vigência será até 17 de Março de 2019.

3 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, ajustado ao valor de realização quando aplicável, com exceção de determinados instrumentos financeiros mantidos a valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também,

Pecém II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a moeda de apresentação da Companhia.

4 Resumo das práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo são aplicadas pela Companhia de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

4.2 Ativos financeiros

4.2.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

4.2.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receita ou despesa financeira" no período em que ocorrem.

Pecém II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou impairment).

A Companhia avaliou suas operações considerando a natureza do negócio e o perfil dos seus clientes, em conformidade com as práticas contábeis destacadas na nota 5. Diante disso, a política de constituição de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD são para os valores em atraso a partir de 180 dias com empresa não ligadas.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia constituiu provisão para PCLD de seus clientes no montante de R\$ 156 mil.

4.4 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

4.5 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável.

A amortização é reconhecida no resultado através do método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Pecém II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.6 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, limitado ao prazo de concessão. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

4.7 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de

Pecém II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - o mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
 - o condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

4.8 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior

Pecém II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

As estimativas de recuperação dos ativos não financeiros foram fundamentadas nas projeções dos lucros levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

4.9 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

4.10 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

4.11 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer

Pecém II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

4.12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os encargos de imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras e de prejuízos fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes.

4.13 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

4.14 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Pecém II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) **Venda de energia**

A receita pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente ou quando disponibilizada conforme previsões contratuais.

(b) **Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

4.15 Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1o de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1o de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

. IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

Pecém II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Perda (impairment) dos ativos não circulantes

A Companhia testa eventuais perdas (impairment) nos ativos imobilizado, intangível e imposto de renda e contribuição social diferidos, de acordo com as políticas contábeis descritas na Nota 4.8. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados utilizando premissas e estimativas formadas com base, principalmente, em estudos a cerca do mercado regulado de comercialização de energia elétrica. Essas premissas e estimativas foram discutidas com os gestores operacionais e foram revisadas e aprovadas pela Administração.

(b) Custo por indisponibilidade (ADOMP)

De acordo com as políticas contábeis descritas na Nota 4.8, a Companhia testa eventuais perdas por indisponibilidade de sua unidade termoelétrica que podem afetar os resultados da Companhia, considerando com base os contratos de CCEAR's que preveem a utilização de média móvel de 60 meses de geração efetiva. Os valores contabilizados foram determinados com base em estimativas de cálculo levando em consideração a média móvel de 60 meses, sendo reconhecido contabilmente pelo valor justo. Essas estimativas forma discutidas com os gestores operacionais e foram revisadas e aprovadas pela Administração.

(c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

De acordo com as políticas contábeis descritas na Nota 4.12, a Companhia testa as estimativas de recuperação dos créditos tributários através das projeções dos lucros tributáveis levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Essas estimativas forma discutidas com os gestores operacionais e foram revisadas e aprovadas pela Administração.

Pecém II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e bancos	6.422	3.463
Aplicação financeira (a)	<u>44.611</u>	<u>51.415</u>
	<u>51.033</u>	<u>54.878</u>

Representam valores investidos em CDB emitidos por instituições financeiras de primeira linha, com rentabilidade média de 98,5% do CDI ao ano.

7 Contas a receber

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Clientes	72.599	119.914
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	<u>(156)</u>	<u>-</u>
	<u>72.443</u>	<u>119.914</u>

Abaixo vencimentos do contas a receber:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Vencidos a menos de 180 dias	7.720	12.187
Vencidos entre 181 e 360 dias	104	1.103
Vencidos acima de 360 dias	236	1
Valores à Vencer	<u>64.539</u>	<u>106.623</u>
	<u>72.599</u>	<u>119.914</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia possui saldos de R\$67.457 e R\$97.644, respectivamente, referentes à venda de energia no Mercado Regulado. Adicionalmente a companhia possui saldos de, respectivamente: (i) R\$3.549 e R\$22.254, referentes à liquidação do mercado de curto prazo e (ii) R\$1.592 e R\$16, referentes a venda de cinzas de carvão. Considerando a natureza do negócio e o perfil desses clientes, em conformidade com as práticas contábeis destacadas nas notas 4.3 e 4.11, a companhia constituiu Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD para os valores em atraso a partir de 180 dias, exceto partes relacionadas, assim compostos:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Apodi Cimentos (venda de cinzas de carvão)	52	-
Companhia Energética de Alagoas (CEAL)	<u>104</u>	<u>-</u>
	<u>156</u>	<u>-</u>

Pecém II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Estoques

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Matéria Prima - Carvão (a)	75.819	38.878
Matéria Prima - Diesel	238	526
Almoxarifado (b)	16.635	11.768
Outros	26	-
	<u>92.718</u>	<u>51.171</u>

(a) Saldo referente a : (i) ao estoque operacional de carvão da Companhia, no montante de R\$44.234 e (ii) adiantamentos realizados ao fornecedor de carvão, para assegurar o cumprimento dos pedidos de novas cargas de carvão, no montante de R\$31.585.

(b) Na rubrica de Almoxarifado, a Companhia registra itens utilizados na manutenção da usina.

9 Depósitos vinculados

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depósitos Vinculados - BNB	19.763	21.500
	<u>19.763</u>	<u>21.500</u>

O saldo é composto pela Conta Reserva de Serviço da Dívida do BNB, conforme obrigações assumidas no contrato de financiamento entre o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A. e a Companhia e deverá ser mantida até a liquidação total do contrato. De acordo com o contrato celebrado entre as partes, o saldo da aplicação da conta reserva corresponderá, pelo menos, a 06 (seis) parcelas de amortização do financiamento.

10 Despesas antecipadas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Seguro de responsabilidade civil	32	15
Gastos antecipado com projeto Pesquisas e desenvolvimentos	422	829
Seguro-maquinas e equipamentos (a)	6.141	5.041
Seguro de responsabilidade civil para administradores	-	77
	<u>6.615</u>	<u>5.962</u>
Circulante	6.615	5.962

(a) Refere-se a seguro com cobertura de riscos operacionais: Danos Materiais e Lucros Cessantes.

Pecém II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Impostos a recuperar e diferidos

(a) Impostos a recuperar

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Imposto de renda retido na fonte	4.463	1.770
Contribuição Social	26	1.447
Provisão de Imposto de Renda Retido na Fonte	942	1.271
PIS	-	153
COFINS	-	706
ICMS	5	757
Outros	785	102
	<u>6.221</u>	<u>6.206</u>
Circulante	4.494	6.206
Não circulante	1.727	

(b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudos técnicos aprovados pela Administração, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, sendo que caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferido têm a seguinte origem:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo diferido		
Prejuízo fiscal e base negativa	<u>86.065</u>	<u>86.065</u>

Reconciliação da taxa efetiva

Em 31 de dezembro de 2016, os tributos calculados sobre o resultado ajustado compreenderam o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e CSLL (alíquota de 9%). A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado e demonstrada como segue:

Pecém II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia está com prejuízo fiscal e não apurou imposto de renda e contribuição social a pagar relativos ao exercício de 2016.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Resultado do exercício antes do IRPJ/CSLL	(64.922)	(5.108)
Alíquota nominal - %	34	34
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	(22.073)	(1.737)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva	_____	_____
Diferenças permanentes	<u>3.570</u>	<u>599</u>
Ativo fiscal não constituído (*)	<u>18.503</u>	<u>1.138</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>-</u>	<u>-</u>
Taxa efetiva - %	0,00	0,00%

(*) Refere-se a parcela de impostos diferidos não contabilizada, considerando os atuais estudos de realização para o crédito tributário.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Com base na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros a Companhia prevê recuperar os créditos tributáveis a partir do exercício de 2017, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Expectativa de realização anual dos impostos diferidos	3.812	-	4.397	4.705	9.305	11.227	13.181	15.147	17.153	7.138	86.065

12 Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso os saldos que estavam contabilizados no subgrupo "Imobilizado em curso" foram transferidos para o "Imobilizado em serviço" a partir da entrada em operação da usina.

Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Pecém II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição dos saldos

	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso	Custo de desmantelamento	Total
Taxa de depreciação % a.a.	4	7	17	20	10			
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2015	1.057.010	906.757	230	63	213	19.496	2.079	1.985.848
Adições	165	279	18	-	40	22.581	-	23.083
Transferências	(671)	24.468	-	-	-	(23.797)	-	-
Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.056.504	931.505	248	63	252	18.281	2.079	2.008.932
Saldo em 1º de janeiro de 2016	1.056.504	931.505	248	63	252	18.281	2.079	2.008.932
Adições	20	(623)	27	-	618	25.877	-	25.919
Baixa	(1.541)	-	-	-	-	-	-	(1.541)
Transferências	2.736	4.740	-	-	-	(5.397)	(2.079)	0
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.057.719	935.622	275	63	870	38.761	-	2.033.309
Depreciação								
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(43.836)	(37.890)	(126)	(63)	(67)	-	-	(81.982)
Adições	(35.282)	(34.442)	(35)	-	(21)	-	-	(69.780)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(79.118)	(72.332)	(161)	(63)	(89)	-	-	(151.763)
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(79.118)	(72.332)	(161)	(63)	(89)	-	-	(151.763)
Adições	(35.184)	(38.335)	(37)	-	(27)	-	-	(73.583)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(114.302)	(110.666)	(198)	(63)	(116)	-	-	(225.346)
Valor contábil								
Em 31 de dezembro de 2015	977.385	859.173	87	-	163	18.281	2.079	1.857.168
Em 31 de dezembro de 2016	943.417	824.956	77	-	754	38.761	-	1.807.963

Pecém II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Custo de desmantelamento

Refere-se, basicamente, ao provisionamento dos gastos de retirada dos ativos no término do contrato de geração de energia da Pecém II. A provisão é constituída inicialmente com o registro de um passivo de longo prazo com contrapartida no item do ativo correspondente. O passivo de longo prazo é atualizado financeiramente, e registrado contra o resultado do exercício, na despesa financeira.

Os valores estimados para a constituição da provisão respeitam o prazo do contrato de geração de energia e foram corrigidos considerando a expectativa de inflação de longo prazo (4,50% ao ano) e, posteriormente, descontados pela taxa de desconto livre de risco ajustada de 9,00%. Em 2016, a provisão para desmantelamento tem saldo de R\$ 1.516.

Imobilizado em curso

Refere-se basicamente aos gastos incorridos que ainda não foram concluídos ou utilizados, dos quais se pode destacar: (i) adiantamentos a fornecedores; (ii) projeto de captação da água – esse projeto tem como objetivo a captação da água do mar em substituição da água fornecida pela COGERH em função dos níveis de água nos reservatórios do estado do Ceará (Castanhão); (iii) imobilizado reserva – conjuntos de bens que embora não estando em serviço estão à disposição da usina e que poderá entrar em operação de imediato.

13 Intangível

Os itens que compõem o ativo intangível são apresentados ao custo de aquisição, líquido de amortização acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O montante de R\$805 (e R\$836 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a Licenças de softwares utilizados nas atividades da Companhia. As adições ocorridas no exercício de 2016 totalizaram R\$181 (e R\$382 em 31 de dezembro de 2015).

A amortização é calculada pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada. O incremento em amortização apropriado no exercício de 2016 foi de R\$213 (e R\$122 em 31 de dezembro de 2015).

Pecém II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Partes relacionadas

Os principais saldos de passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, relativos a operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são relativos a operações de transações da Companhia com outras empresas do Grupo e profissionais-chaves da Administração, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

(a) Controladora

A Companhia possui como controladora em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Pecém II Participações S.A.

(b) Empresas ligadas

A Companhia possui como principais empresas ligadas: Eneva S.A., Itaquí Geração de Energia S.A, Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A, Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Operação Elétrica , Pecem II Participações S.A , Eneva Participações S.A., Parnaíba Comercializadora de Energia S.A e Parnaíba II Geração de Energia S.A.

Pecém II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos de ativo, passivo e os efeitos em resultado estão representados, respectivamente, da seguinte forma:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo		
Itaqui Geração de Energia S.A	2.067	22
Eneva S.A.	45	-
Porto do Pecem Transportes Minérios	823	-
Pecem II Participações S.A	55	-
	<u>2.990</u>	<u>22</u>
Passivo		
Eneva S.A. (a)	1.215	1.900
Eneva Comercializadora de Energia	965	-
Itaqui Geração de Energia S.A	387	945
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	1	3.959
Mabe - Retenções contratuais (b)	16.888	17.652
Eneva S.A - Mútuo (c)	243.654	216.612
Pecem Operação e Manut de Unidades de Operação Elétrica	-	785
Eneva Participações S.A.(a)	219	924
Passivo circulante	16.888	17.652
Passivo não circulante	246.441	225.125
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Resultado		
Eneva S.A.	(31.665)	(29.585)
Porto Pecém Geração de Energia S.A (d)	(23.047)	(10.397)
Pecém Operação e Manut de Unidades de Operação Elétrica	(2.350)	(1.168)
Pecém II Participações S.A – Mútuo (e)	-	(12.528)
Itaqui Geração de Energia S.A	-	810
	<u>(57.062)</u>	<u>(52.868)</u>

- (a) O saldo em aberto é referente aos gastos relativos ao compartilhamento de recursos administrativos, que serão ressarcidos à Eneva S.A. e Eneva Participações S.A.
- (b) O saldo refere-se a retenções contratuais dos contratos de construção da planta junto à empreiteira MABE (vide Nota 16). Os contratos em aberto estão sendo negociados com os fornecedores e as retenções serão pagas quando os contratos forem encerrados;
- (c) O saldo de R\$ 243.654 refere-se a mútuo com Eneva S.A. e Pecém II Geração S.A. (mutuante) e inclui juros mensais de 104% do CDI. O contrato de mútuo possui vencimento contratual após 2027, pois está vinculado a liquidação integral das dívidas junto aos credores do projeto, que são os bancos: BNB e BNDES.

Pecém II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (d) O saldo é proveniente do uso compartilhado dos ativos na usina de acordo com o contrato estabelecido entre Pecém II Geração de Energia S.A e a Porto do Pecém Geração de Energia S.A;
- (e) O saldo refere-se a juros de mútuo entre Pecém II Geração de Energia S.A e Pecém II Participações S.A.

Remuneração dos membros do Conselho da Administração e da Diretoria

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores cabendo ao Conselho de Administração, efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Desta forma, os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da administração estão apresentados abaixo:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Remuneração administradores</u>		
Salários	1.596	701
Outros benefícios	22	39
Outros (INSS /FGTS)	563	398
Bônus/PLR	-	427
	<u>2.181</u>	<u>1.565</u>

Pecém II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a composição dos empréstimos está demonstrada a seguir:

										2016
Credor	Moeda	Taxas de juros	Vencimento	Taxa efetiva - %	Custo de transação	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	
BNB	(a)	R\$	10,00%	31.1.2027	10,17	4.287	3.701	233.132	229.432	
BNDES (Direto)	(b)	R\$	TJLP+3,14%	15.6.2027	2,30	7.256	5.474	639.805	2.493	636.823
BNDES (Direto)	(c)	R\$	UMIPCA+TR BNDES+2,18%	15.6.2027	2,32	1.611	856	210.501	885	210.530
						13.154	10.031	1.083.438	3.378	1.076.785
Circulante							911	91.838	3.378	94.304
Não circulante							9.120	991.600		982.481
										2015
Credor	Moeda	Taxas de juros	Vencimento	Taxa efetiva - %	Custo de transação	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	
BNB	(a)	R\$	10,00%	31.1.2027	10,17	4.287	3.999	241.042	237.043	
BNDES (Direto)	(b)	R\$	TJLP+3,14%	15.6.2027	2,30	7.256	5.916	630.944	2.490	627.518
BNDES (Direto)	(c)	R\$	UMIPCA+TR BNDES+2,18%	15.6.2027	2,32	1.611	925	215.578	980	215.633
						13.154	10.840	1.087.564	3.470	1.080.194
Circulante							809	26.077	3.470	28.738
Não circulante							10.031	1.061.487		1.051.456

Pecém II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) Complementar ao financiamento do BNDES, Pecém II Geração de Energia S.A, conta com um empréstimo do BNB com recursos do FNE, no montante total de R\$250 milhões, totalmente desembolsados. O empréstimo do BNB tem prazo total de 17 anos, com juros trimestrais e 14 anos de amortização com carência para pagamento de principal até fevereiro de 2014, tendo um custo anual de 10%. O financiamento prevê um bônus de adimplência (15%), com a consequente redução do custo para 8,5% ao ano. Em maio de 2015 foi obtido um reescalonamento da dívida o que garantiu um novo prazo de carência para o principal de 1 ano;
- (b) Pecém II Geração de Energia S.A. recebeu até 30 de junho de 2014 o montante de R\$615,3 milhões de um total de R\$627,3 milhões previstos na primeira *tranche* do contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES (em R\$ nominais, excluindo juros durante a construção). Este crédito tem prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização, e carência para pagamento de juros e principal até julho de 2013. O custo anual contratado inicialmente era de TJLP + 2,18%, porém em dezembro de 2014 uma repactuação foi realizada e o spread do financiamento foi alterado para 3,14% ao ano. Os juros apurados durante a fase de carência foram capitalizados junto aos valores desembolsados. Em abril de 2015 foi obtido um reescalonamento da dívida o que garantiu um novo prazo de carência para o principal de 21 meses e para os juros de 6 meses. Em dezembro de 2015 a companhia realizou um pré-pagamento do principal de R\$44,8 milhões;
- (c) O contrato de financiamento junto ao BNDES possui também uma segunda *tranche*, da qual a Companhia recebeu a liberação de R\$110,1 milhões. Este crédito tem prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização, e carência para pagamento de juros e principal até junho de 2014. O custo anual contratado é de IPCA + Taxa Referência BNDES + 2,18%. O subcrédito J de R\$22 milhões, que fazia parte desta linha de financiamento foi transferido em abril de 2012 para a primeira *tranche*, do item anterior. Em dezembro de 2014, uma repactuação do contrato foi realizada e os juros incorridos até a data foram incorporados ao principal, ficando a carência alterada para até Dezembro de 2015. Nesta mesma repactuação o spread do financiamento foi alterado para 3,14%. Em abril de 2015 foi obtido um novo reescalonamento da dívida o que garantiu um novo prazo de carência para o principal de 1 ano. Em dezembro de 2015 a companhia realizou um pré-pagamento do principal de R\$18,2 milhões.

Abaixo a movimentação dos empréstimos:

	2016	2015
Saldo inicial	1.080.194	1.097.672
(+) Juros incorridos	124.234	126.241
(-) Pagamento de principal	(26.244)	(76.207)
(-) Pagamento de juros	(102.208)	(66.816)
(-) Custo de captação	809	(696)
	1.076.785	1.080.194

Pecém II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Covenants financeiros

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos seus credores, o contrato de financiamento com o BNDES possui cláusulas específicas de covenants financeiros. Em 31 de dezembro de 2016 todos os covenants financeiros previstos no contrato foram atendidos.

Covenants não financeiros

Alguns contratos de financiamento possuem também cláusulas com covenants não financeiros, usuais no mercado e resumidos a seguir, as quais em 31 de dezembro de 2015 foram todas atendidas.

- Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente.
- Direito dos credores de proceder a inspeções e visitas das suas instalações. Obrigação de manter-se em dia em relação as obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas.
- Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações.
- Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações.
- Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios.
- Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias e alteração material no objeto social e atos constitutivos dos devedores.
- Limites de endividamento e contratação de novas dívidas.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	2016
2017	87.162
2018	87.192
2019	87.780
2020 até último vencimento	720.348
	<u>982.481</u>

Pecém II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos de empréstimos possuem as seguintes garantias:

- Penhor de ações
- Cessão Fiduciária de Direitos e Créditos
- Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos
- Hipotecas

Fianças Bancárias - Garantias de desembolso - Apresentadas a cada desembolso.

16 Ressarcimento por indisponibilidade

O saldo da rubrica Concessionário - Ressarcimento por Indisponibilidade no montante de R\$ 18.466 em 31 de dezembro de 2016 referem-se a valores registrados conforme relatórios mensais de faturamento emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, devido a períodos de indisponibilidade da usina enquanto estava despachada pela ONS - Operador Nacional do Sistema.

A metodologia de apuração destes valores vem sendo questionada pela Companhia junto a ANEEL, o que ocasionou ação judicial para interrupção da sistemática de cobrança pelo fator horário.

Em 09 de setembro de 2014, a Justiça Federal julgou e concedeu liminar para Pecém II suspender a cobrança dos encargos de indisponibilidade medidos de hora em hora, com efeito imediato, e também determinou que a CCEE recalcule os valores já pagos pelas plantas em conformidade com a nova metodologia (média móvel de 60 meses).

Em novembro de 2015 a Aneel determinou que a Eneva- Pecém II Geração de Energia S.A fosse reembolsada pelo que pagou a mais pela indisponibilidade, considera o período desde o início das operações em outubro de 2013 até julho de 2014, totalizando o valor de R\$ 67.500 de acordo com o Despacho ANEEL Nº 3690/2015.

Em virtude dos Despacho ANEEL Nº 3690/2015 e Despacho de nº 3.878 a Companhia obteve o reconhecimento do direito ao reembolso de valores pagos indevidamente a título de ADOMP nos montantes de : R\$ 67.500 e R\$ 19.888, respectivamente, tais saldos são compostos de principal nos valores de R\$ 59.691 e 19.130 e um incremento na receita financeira de R\$ 7.809 e R\$ 758 respectivamente, provenientes de atualização monetária.

O valor a ser ressarcido e calculado pela CCEE, foi considerando a diferença entre a metodologia de cobrança da indisponibilidade por hora e a atual média móvel de 60 meses. Em janeiro de 2016 a Companhia recebeu integralmente estes valores.

Pecém II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Provisão para contingências

A Companhia não é parte em ações judiciais cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável de perda, e conseqüentemente não constituiu provisão para contingências.

As principais causas cuja classificação é possível de perda são de natureza trabalhista e civil, no montante de R\$ 10.716 para as quais a Administração também julga não ser necessária a constituição de qualquer provisão.

18 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia não possui operações de derivativos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Pecém II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros contratados assim como os respectivos valores justos calculados pela Companhia.

	Total	
Instrumentos financeiros	2016	2015
Ativos		
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e Equivalentes de Caixa	51.033	54.878
Depósitos vinculados	19.763	21.500
Passivos		
Outros passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	1.076.785	1.080.194
Fornecedores	65.090	73.477
Partes relacionadas	246.441	225.125
Retenções contratuais	16.888	17.652

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos valores de mercado.

As operações da companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia adotou como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, a referência utilizada é o Índice Risk Bank.

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio. A exposição máxima ao risco de crédito pode ser representada pelo saldo das aplicações financeiras.

	2016	2015
Caixa e equivalente de caixa	51.033	54.878
Depósitos vinculados	19.763	21.500
	70.796	76.378

Pecém II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante de caixa e equivalente está representado, substancialmente, por conta corrente e CDB's do Banco do Nordeste e com relação ao contas a receber, sua principal exposição é oriunda da possibilidade da empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber realizando diversas ações de cobrança. Além disso, os clientes da Companhia têm firmado um Contrato de Constituição de Garantia de Pagamento e Fiel Cumprimento das Obrigações.

Risco de liquidez - capacidade de pagamento

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa suficiente e capacidade de liquidar posições de mercado. As disponibilidades devem ser suficientes para honrar as despesas ao longo dos próximos 90 dias. A seguir são apresentados os fluxos futuros projetados que incluem a estimativa de pagamento de juros e amortizações previstas para as faixas de prazo.

	2016					
	6 meses ou menos	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Fornecedores	65.090	-	-	-	-	65.090
Partes relacionadas	-	-	-	246.441	-	246.441
Empréstimos e financiamentos	73.827	116.364	187.286	529.799	871.486	1.778.762
Retenção contratual	-	16.888	-	-	-	16.888

A Companhia projeta que dado início de suas operações comerciais fará frente à realização de receita que garantirá fluxo de caixa para liquidação de tais obrigações contratadas e capitalizará a usina para futuros investimentos.

Pecém II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de taxa de juros

Risco de deslocamento das estruturas de juros que podem estar associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros de dívida.

(a) Risco de *cash flow* relacionado aos juros flutuantes

Existe um risco financeiro associado às taxas flutuantes que pode elevar o valor futuro dos passivos financeiros. O risco comum é a incerteza sobre o mercado futuro de juros, que tira a previsibilidade dos fluxos de pagamento. Em cenários de perda a estrutura a termo de juros se desloca para cima aumentando o valor do passivo. Alternativamente, a Companhia ainda pode ter seus passivos reduzidos nos cenários de queda das taxas.

A Companhia tem seu passivo indexado a taxa de juros do longo prazo do BNDES (TJLP) e no mercado inflacionário com a correção dada pelo índice IPCA.

As linhas com o BNDES corrigidas pelos indexadores IPCA e TJLP - que também contém um forte componente inflacionário - são parte de um segmento diferenciado de crédito com baixa volatilidade associada e, portanto, baixa probabilidade de deslocamentos abruptos nas taxas. Por se tratar de um segmento específico, há que se ter cautela quanto à realização de inferências e hipóteses presentes em modelos estatísticos na tentativa de mapear a realizar previsões sobre esse mercado para a quantificação de perdas hipotéticas relacionadas. Além disso, o ativo da Companhia representado por suas receitas também será corrigido pelas mesmas taxas, fato que reduz substancialmente o descasamento entre as taxas de ativos e passivos.

Sensibilidade a taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2016 a companhia possuía dívidas atreladas a variação na taxa de juros de longo prazo (TJLP) no montante de aproximadamente R\$ 972,7 milhões de valor futuro. Considerando cenários de stress nos quais houvesse variação positiva da TJLP de 25% e 50% com relação à curvas de mercado, haveria um incremento de despesas financeiras até o fim dos contratos de R\$ 77,5 milhões e R\$155,1 milhões respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2016 a companhia possuía dívidas atreladas a variação do IPCA no montante de aproximadamente R\$ 445,5 milhões de valor futuro. Considerando cenários de stress nos quais houvesse variação positiva do IPCA de 25% e 50% com relação à curvas de mercado, haveria um incremento de despesas financeiras até o fim dos contratos de R\$ 41,2 milhões e R\$82,4 milhões respectivamente.

Pecém II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 2014, como parte de um conjunto de medidas para o fortalecimento da estrutura de capital da Eneva S.A., Pecém II Geração de Energia S.A., foi parcialmente vendida e integralizada em Pecém II Participações.

Ao concluir, em 14 de julho de 2014, a venda de 50% das ações de emissão da Pecém II à E.ON, a Eneva recebeu R\$ 408 milhões e uma parcela do saldo do contrato de mútuo estabelecido entre Eneva e Pecém II. Eneva e E.ON tornaram-se acionistas, com uma participação de 50% cada um, de um veículo de propósito específico, que detém 100% das ações de emissão da Pecém II. Dentro do contexto da transação, as partes concederam uns aos outros opções de compra para recompra até 50% do Pecém II ou para adquirir as ações remanescentes da Pecém II.

Foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de agosto de 2015 e 30 de setembro de 2015 ("AGE"), o aumento de capital social da Companhia, totalmente subscritas e integralizadas, como único acionista Pecém II Participações S.A, por meio de capitalização de créditos decorrentes do Instrumento Particular de Mútuo, datado em 23 de agosto de 2013 e editado em 14 de julho de 2014, celebrado entre Pecém II Participações e Eneva S.A, passando de R\$ 799.181 para R\$ 962.179.

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2016, está dividido em 962.179.081 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

(b) Dividendos

O estatuto da Companhia é omissivo quanto ao valor a ser pago. Desta forma, a Companhia deverá observar as disposições do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, que determina quando o estatuto for omissivo e a Assembleia Geral deliberar alterá-lo para introduzir norma sobre a matéria, o dividendo obrigatório não poderá ser inferior a 50% do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I deste artigo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não houve proposição de pagamento de dividendos em função dos prejuízos acumulados.

Pecém II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Receita operacional

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício assim se apresenta:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Venda de energia elétrica (a)	590.320	621.361
Impostos e deduções sobre vendas	<u>(62.575)</u>	<u>(65.758)</u>
Total da receita líquida	<u><u>527.745</u></u>	<u><u>555.603</u></u>

- (a) A redução da receita deu-se em função da redução no nível de despacho da planta.

21 Resultado financeiro

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas financeiras		
Juros e multa clientes	2.736	216
Atualizações monetárias - ADOMP	765	8.567
Renda de aplicações financeiras	15.680	9.042
Variações monetárias moeda estrangeira (a)	8.057	8.896
Outras receitas financeiras	249	243
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	<u>(904)</u>	<u>(690)</u>
	<u>26.583</u>	<u>26.274</u>
Despesas financeiras		
Atualiz. Monetária desmantelamento	(334)	(222)
Encargos de dívidas (nota 15)	(125.043)	(126.936)
Variações monetárias moeda estrangeira (a)	(5.487)	(23.868)
Juros sobre mútuo (nota 14)	(31.665)	(38.346)
IOF	(1)	(470)
Comissão e Fiança (nota 15)	(36.194)	(28.045)
Multa e juros	(3.053)	(1.116)
Outras despesas financeiras	<u>(1.437)</u>	<u>(494)</u>
	<u>(203.214)</u>	<u>(219.497)</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>(176.631)</u></u>	<u><u>(193.222)</u></u>

- (a) Variações cambiais ocorreram em virtude das compras no exterior de carvão e itens para manutenção da usina.

Pecém II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Custos e despesas por natureza

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal e administradores (a)	(18.202)	(11.082)
Serviços contratados (a)	(50.961)	(52.516)
Aluguéis e arrendamentos	(12.550)	(5.558)
Materiais e insumos (b)	(214.079)	(240.911)
Encargos do uso da rede – CUST e CCT	(25.779)	(25.016)
Seguros	(9.626)	(8.297)
Operações com energia elétrica (c)	(4.970)	-
Depreciação e amortização	(73.796)	(69.902)
Ressarcimento geração abaixo- ADOMP (d)	3.640	49.094
Taxa de fiscalização- ANEEL e CCEE	(871)	(916)
Outros custos e despesas	(8.842)	(3.114)
	<u>(415.787)</u>	<u>(368.218)</u>
Classificados como:		
Custo	(399.313)	(359.141)
Despesas administrativas e gerais	(16.475)	(9.077)
Outras Receitas (Despesas) operacionais	(248)	730

- (a) Os serviços contratados são principalmente para a manutenção e operação da usina;
- (b) Os custos consumidos com materiais são referente a peças para manutenção e operação da usina e os insumos são os custos utilizados no processo de produção, onde os principais insumos são: carvão, diesel, água e cal.
- (c) Déficits de energia elétrica da usina no Mercado de Curto Prazo na CCEE;
- (d) Ressarcimentos geração abaixo devidos aos CCEAR's por disponibilidade, conforme nota 15.

23 Cobertura de seguros – Não auditado

A Companhia em conjunto com as empresas do Grupo ENEVA, do qual faz parte, adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a cobertura de seguros é consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as coberturas de seguros eram:

Pecém II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Riscos operacionais	4.351.790	4.279.280
Responsabilidade civil	<u>290</u>	<u>350</u>
	<u>4.352.080</u>	<u>4.279.630</u>

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência de cobertura de seguros, o que foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Diretor Presidente

Sergio Campodarve

Diretor Operacional

Paulo Petrassi

Gerente de Contabilidade

Rafaela Pereira Carrard
CRC RS-071175/O-6